

Jornal da

Londrina, 07 de julho de 2006

ADUEL



Com Requião assustado, é hora de arrancar a reposição

A penúria salarial à que estão submetidos os professores das universidades públicas não resulta da maldade pessoal dos governantes que se sucedem no controle do Estado. Expressa, pelo contrário, a deliberada política burguesa de desmontar a universidade, pois, na relação de subordinação em que se coloca a burguesia nacional perante o capital internacional, esta não precisa de universidades, não precisa do desenvolvimento da pesquisa, da ciência e da tecnologia, não precisa da formação de quadros que impulsionem com seu conhecimento o desenvolvimento nacional. As tecnologias e produtos modernos necessários serão importados dos grandes centros e as universidades serão reduzidas a escolões reprodutores de manuais ultrapassados. Nesses escolões, os professores não precisam ganhar mais do que ganha uma faxineira. Aliás, arrochando os professores se força o conformismo destes com a degradação da universidade, e se favorece o crescimento das instituições privadas.

Daí que a defesa da *universidade pública* (aliás, um pleonasma, pois universidade só pode ser pública, uma vez que as instituições privadas são apenas fábricas de dinheiro) tem um caráter político porque implica confrontar a orientação dominante implementada pelo governo federal e pelos governos estaduais, incluído aí o Governo Requião.

A defesa de nossos salários é a defesa da universidade não só porque é condição de nossa sobrevivência e permanência na universidade, mas, porque significa arrancar do governo recursos que ele não planeja e nem deseja destinar ao ensino superior. Recursos que os governos destinam a outras finalidades, nem sempre públicas. Por isso, a campanha salarial dos docentes é também uma luta em defesa da universidade.



As charges acima foram veiculadas nos boletins da ADUEL de abril de 2004 e maio de 2005. Tínhamos razão, não é?

.....
continua >>

A ADUEL tinha razão!

Durante o ano passado a ADUEL em repetidas ocasiões analisou nas suas publicações a situação do governador do Paraná. Dizíamos por exemplo no boletim de 11 de maio que "Dentro do Estado a situação de Requião é instável, fora ele está sendo acuado". Também naquele boletim analisávamos que a sua declaração, depois de voltar da China, de que era candidato a reeleição tinha a finalidade de ocupar espaço político, pois já era público que "... o Senador Osmar Dias tem hoje pelo menos a mesma intenção de votos que Requião".

No jornal da ADUEL de primeiro de junho de 2005 comentávamos que Paulo Bernardo

defendia que o PT deveria conversar com Osmar Dias sobre a sucessão paranaense "... Ou seja, Osmar Dias vem aí, o PT ameaça apóia-lo, e o Requião ficará cada vez mais instável". E ainda na mesma data concluíamos "Mas todos sabem que as alianças e candidaturas serão finalmente definidas apenas entre março e junho de 2006. A reeleição de Lula é tudo para o PT, que fará quaisquer alianças, concessões e trocas para manter-se no poder. A manutenção da aliança entre o PT e Requião não está, de modo algum, garantida e, enquanto isso se desenrola ...".

Hoje, com o quadro de alianças para a disputa pelo governo do Estado quase definido, confirma-se a candidatura de Osmar Dias, com amplo apoio de partidos, inclusive de parte expressiva do PSDB e, de outro, a candidatura de Requião encontra-se isolada, e sua reeleição ameaçada. Quer dizer, Roberto Requião que havia iniciado os movimentos para ser candidato a presidente da República, teve que se contentar em ser candidato a reeleição e corre sério risco de não conseguir nem isso.

Não estamos recuperando a memória da nossa intervenção no movimento por arrogância, mas, para lembrar que aquelas caracterizações tinham a finalidade de mostrar aos docentes da UEL que a luta pela reposição

de nossos salários era possível. Que era possível enfrentar o Governador e arrancar do Estado o que nos roubaram ao longo destes 11 anos! Que não estávamos condenados a ficar rastejando nos corredores do Palácio Iguazu ou da Assembléia Legislativa esperando que nos jogassem alguma migalha.

Requião um tigre de papel

A experiência mostrou que tínhamos razão. Bastou uma greve limitada de três dias e a ameaça de unificação com os docentes do Estado do Paraná para que o todo-poderoso governador concedesse uma reposição. Limitada certamente, como limitada foi a luta que protagonizamos.

No jornal de 14 de julho de 2005 dizíamos

A paralisação de três dias provocou uma diarreia verbal no governador, acompanhada de ameaças e chilikos inócuos (lembram que ele ameaçou cortar os salários?). Tudo isso nos mostrou que estamos no caminho certo. Requião é um tigre de papel, ameaça, mas não morde, e foge quando se lhe mostra os dentes.

Hoje que sua reeleição está seriamente ameaçada, fica mais frágil ainda. Não precisamos insistir que este é o momento certo de avançar para arrancarmos a reposição dos salários roubados ao longo destes anos.

Preparar as mot

No primeiro semestre, embora com atraso, iniciamos a campanha salarial. Os professores da UEL acabaram sendo levados a esperar a eleição da nova reitoria, para só então começar as assembleias e a mobilização. O Sindicato acabou subordinando-se ao processo eleitoral, para isso alegando que "... em virtude do Processo Eleitoral da Universidade Estadual de Londrina", e depois apresentando a explicação de que o cancelamento teria sido solicitado pela comissão eleitoral, e de que haveria problema de local para a realização da assembleia. Ora, nem local nem solicitação alguma podem ser mais importantes que a defesa do salário, e é isso que o docente espera do seu sindicato.

Mesmo assim, várias assembleias foram realizadas e estão em curso movimentações visando ampliar o movimento unificado com os professores de todas as universidades estaduais do Paraná. Em algumas os professores já fizeram assembleias e aguardam o momento de saírem unificados com ações mais contundentes. Em outras, as direções sindicais estão ocupadas com eleição para reitoria e bloquearam, até agora, o processo de mobilização. Em todas, entretanto, é unânime o desejo dos docentes de brigar pela reposição salarial.

Esta disposição ficou mais firme diante do descaso com que o governo do Estado tem tratado a situação salarial dos docentes. Descaso que se evidenciou na aprovação do PCCS dos funcionários das universidades e do quadro geral, com o que os servidores ocupantes de cargos de nível superior passaram a ter um piso salarial maior que os docentes com graduação.

Nas reuniões do Comitê Estadual de que temos participado há praticamente consenso de que para arrancar a reposição salarial e obrigar o governo a negociar será necessário uma mobilização unificada e contundente no segundo semestre.

A questão do índice

Embora algumas entidades tenham protocolado unilateralmente, ainda que em nome do Comitê Estadual, uma pauta na SETI reivindicando reposição das perdas calculadas a partir de 1997, não existe ainda uma definição unificada sobre o índice das nossas perdas. Algumas entidades

Jornal da ADUEL

Publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Londrina
Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Tiragem: 2 mil exemplares
Impressão: Folha de Londrina

Entre em contato com a diretoria da Aduel

Fone/Fax: (43) 3371 4507/ (43) 3328 4549
aduel@sercomtel.com.br
<http://web.sercomtel.com.br/aduel>

lizações para o segundo semestre

calcularam a partir de 1997, outras desde 1995. E há ainda as que reivindicam a equiparação com o piso dos funcionários.

Nas assembleias da UEL têm sido defendidas três propostas de índice, sem, contudo chegarmos a decidir entre eles. Mas, no começo de agosto, deveremos voltar a reunir assembleias e deliberar qual afinal o índice que vamos reivindicar do governo. As propostas são:

Equiparação do piso dos docentes auxiliares de ensino com o dos funcionários ocupantes de cargo com nível superior, que, pelo novo PCCS, foi a R\$ 1.856,18 contra os R\$ 960,00 dos auxiliares.

Calcular as perdas a partir de março de 1997. O PCCS dos professores teria zerado as nossas perdas anteriores e também se abateriam os 13% da greve de seis meses e a reposição diferenciada de 2005.

Calcular as perdas a partir de agosto de 1995, época da última reposição geral de salários aos servidores estaduais, descontando também os 13% da greve e a última reposição, a do ano passado. Veja (box ao lado) o comparativo das duas últimas propostas.

A diretoria da ADUEL tem defendido ao longo das últimas campanhas salariais o cálculo de nossas perdas a partir de agosto de 1995, por entender que a última "reposição salarial" legalmente configurada foi a concedida naquele mês. Assim também foi entendida pelas assembleias, que durante a greve de 2000 aprovaram a reivindicação de reposição de 41,14%. A assembleia geral unificada de 19/06/2000 deliberou este índice junto com 32 outros itens de uma proposta de acordo. Da mesma forma, a greve de seis meses, iniciada em setembro de 2001 e encerrada em março de 2002, era pela reposição de 50,03%, que correspondia ao acumulado de agosto de 1995 até agosto de 2001, mês anterior à deflagração da greve.

O cálculo a partir de março de 1997 só começou a ser defendido por alguns sindicatos quando o governador Requião assumiu o governo do Estado, pois esses sindicatos imaginaram com esse "desconto" agrandar *El Supremo* e conseguirem ser atendidos por ele sem necessidade de fazer movimento. Este "novo" índice passou numa assembleia em 2003 pela diferença de um voto (14 contra 15).

A nossa oposição a esse cálculo não se deve a que com ele o índice de perdas é menor, mas, a que não se pode considerar o PCCS de 1997 como reposição salarial. O PCCS foi um ajuste necessário para equiparar minimamente os salários dos docentes ao de outras carreiras do Estado, mas não foi uma reposição. Tanto é assim que os funcionários não tiveram suas carreiras reajustadas naquela ocasião. É interessante ouvir muitos funcionários e sindicatos de funcionários de outras universidades que já estão falando que o PCCS deles, o que foi aprovado neste ano, não é reposição! Pois, muitos já estão acordando para a fraude que significou, uma vez que apenas uma pequena parcela de funcionários graduados teve algum ganho. A grande massa de funcionários não teve suas perdas salariais repostas integralmente.

Quanto à proposta de equiparação com o piso dos funcionários graduados, é necessário observar que em primeiro lugar isso significaria abandonar a luta pela reposição salarial. Passaríamos a reivindicar não a reposição, mas equiparação. Se ao longo destes anos temos nos mobilizado pela reposição, mesmo que divergindo quanto ao índice, não entendemos porque abandonar esta posição para passar a reivindicar outra coisa. E se amanhã o piso dos funcionários graduados for menor, o que faremos? Há nesta proposta uma visão distorcida, pois na verdade, o piso que se reivindica como parâmetro para equiparar atinge uma minoria de funcionários e não a grande parcela que continua ganhando mal e que em pouco tempo forçará suas direções sindicais a unificar sua luta com a dos docentes.

De outra parte, nada impedirá aos docentes que, uma vez arrancada a reposição integral das perdas, continuemos lutando por aumentos efetivos, equiparação com as federais ou com categorias do Estado que ganham mais. Contudo, antes de nos colocarmos esses objetivos de longo prazo, devemos lutar pela reposição integral de nossas perdas, e se

não a conquistarmos no curto prazo, devemos lembrar permanentemente do tamanho do que nos roubaram, para conquistar a reposição integral quando tivermos acumulado forças suficientes para tanto.

As mentiras do governo

Novamente, o governo vem com a história de que não pode repor as nossas perdas salariais devido às leis de Responsabilidade Fiscal e a Lei Eleitoral. Propõe finalmente, pela boca da Secretaria de Ciência e Tecnologia, uma comissão para estudar a inclusão no orçamento de 2007 da reposição das perdas.

Diversos pareceres jurídicos derrubaram há muito tempo esta falácia. E com relação a Lei Eleitoral, o governo federal está concedendo reposição a diversas categorias durante este ano, com a anuência da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie. De modo que esta lorota não se sustenta mais. (Aliás, segundo os jornais, o Judiciário vai ter 30% de reposição neste ano, mais 40% em 2007, e mais 40% em 2008. Um decreto estabelecendo exatamente isso para os professores das IES Paranaenses seria aceitável, não vos parece?).

Mas, mesmo que a lei de fato inibisse a reposição, do que se trata é de afirmar o nosso direito a reposição daquilo que nos roubaram!

A questão decisiva que os docentes deverão resolver nas assembleias de agosto é como encaminhar a luta pela reposição. E, de acordo com que temos ouvido dos docentes na UEL e em outras universidades, só tem um caminho: a mobilização a pressão do movimento para obrigar o governo a negociar. O momento é mais propício ainda, pela conjuntura eleitoral na qual o governador Requião se encontra ameaçado e fragilizado pela crescente frente de oposição que se forma contra ele no Estado. Este é o momento de avançar nossas forças e arrancar a reposição de nossas perdas.

De agosto de 1995 até março de 2006, pelo ICV – Dieese, as perdas acumuladas (%) são as seguintes:

auxiliar	83,82
assistente	77,14
adjunto	64,04
associado	52,64
titular	66,50

A diferença entre os índices deve-se à necessidade de equiparar as perdas entre as classes, diferenciadas desde setembro de 2005. Nestes já estão deduzidos os 13,55% conquistados em março de 2002.

Se, no entanto, como querem alguns, formos calcular as nossas perdas desde março de 1997, as perdas acumuladas (%) são de:

auxiliar	50,84
assistente	45,35
adjunto	34,61
associado	25,25
titular	36,63

Istrumbica Aduel

TOP!
TOP!
TOP!



Esta seção é uma homenagem ao "Comunica UEL" e a sua seção "Istrumbica UEL", produzidos por estudantes da Comunicação, que exerceram a liberdade que caracteriza historicamente o movimento estudantil, conforme tornaram a expressá-la no movimento do ano 2000.

O rodízio de aleitados

Com a troca nas FG's e CC's, diminuíram as tetas para seus antigos ocupantes e poderão diminuir mais ainda depois das eleições. O que faz prever uma revoada em busca de novas tetas, ou a volta dos ex-aleitados a condição de simples endividados como todos nós.

"Raivosos e Ressentidos"

A mãe Joaquina, aquela que mora lá no Limoeiro – quase nas barrancas do Tibagi –, quase acertou, em meio as suas inúmeras previsões erradas: disse que o Professor Cezar ia ser Reitor e, no entanto, ele virou

apenas vice. Mas quase. Também estava errado o Professor Ariovaldo quando questionou o Professor Cezar, em assembléia, sobre se seria ou não candidato a Reitor, pois segundo ele "... era isso que se falava em todos os corredores do CCH" na época.

É provável que o Sindiprol, em resposta a um boletim da ADUEL, referindo-se a nós como "raivosos e ressentidos", pensasse que estávamos em tal condição de ânimo porque a Mãe Joaquina e o Pai Quinzinho erraram suas previsões para 2006. Ora, isso foram previsões desses videntes, que não são assalariados ou jornalistas da ADUEL. Quanto a nós, acertamos em todas as nossas análises políticas, é só conferir nos jornais dos últimos cinco anos.

O Clone Babaovsky

À sombra das grandes perobas de uma Universidade, nasceu o terrível Babaovsky, que em poucos dias transformou-se em um clone. Preocupados com a gripe aviária, com a vaca babosa, com o salário e as dívidas, nossos fiéis leitores e contribuintes desconhecem o perigo muito maior, e já histórico, do clone Babaovsky. Vamos, pois, esclarecê-los.

Não queremos espalhar o pânico, mas neste exato momento você pode estar conversando com um (ou uma) colega, que conhece há muitos anos, pode inclusive ter a ilusória certeza de que se trata da mesma pessoa, mas esta pode ter sido infectada pelo terrível Babaovsky. A pessoa infectada parece ser exatamente a mesma, entretanto passa a ser totalmente dominada pela obsessão de agradar aos donos do poder, de exercer belos cargos comissionados e, principalmente, de ser designado para um cargo do segundo escalão de qualquer dos níveis de governo. O diagnóstico não é muito difícil: na presença de deputados, secretários de estado, governadores, e assemelhados, a pessoa infectada apresenta um brilho intenso nos olhos, baba profusamente, e treme muito, muito. Outro sintoma típico é a rapidez em concordar com o governador quando este alega não poder fazer a reposição salarial dos docentes.

A cura é muito difícil, mas a ADUEL disponibiliza aos docentes uma vacina com eficiência comprovada.

Estes CD's foram produzidos pela ADUEL em 2003 e 2006.

Ainda temos alguns exemplares disponíveis.

Participe da ADUEL!

120 DIAS DE GREVE



Retrospectiva da greve de 2001/2002

Produzido pela jornalista Patrícia Zanin (Rádio Universidade FM)
Reproduzido pela Aduel - Associação dos Docentes da UEL

Piazzolla entre amigos



Especial sobre a vida, a música, as perdas, as contradições e os amigos do músico argentino.